O objetivo do trabalho é realizar uma análise do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) pela perspectiva da refração política. De acordo com Santos (2012), a refração política indica que a letra da lei sofre modificações, em menor ou maior grau, quando é implementada. Assim, justifica-se a escolha desta perspectiva, na medida em que se entende que a falta de aprimoramento e investimento na educação de jovens e adultos (EJA) não se deve exclusivamente à legislação pertinente a esta modalidade de ensino, mas também à distorção no momento de sua implementação. Apesar de remeter aos Jesuítas, conforme Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001), a EJA passou a ser objeto de políticas públicas concretas nas décadas de 1940 e 1950 por meio de diversos programas e ações governamentais. No entanto, uma EJA integrada à formação inicial e continuada de trabalhadores no ensino fundamental e, integrada à educação profissional técnica no ensino médio só ocorreu no ano de 2006, quando da criação do PROEJA. A oferta da EJA pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica visava ao rompimento de processos de exclusão, assim como conceder caráter inovador à oferta de EJA (BRASIL, 2006). No entanto, a refração política do PROEJA não resulta apenas das políticas em nível de Governo Federal, mas também das práticas adotadas nas unidades executoras. Isto posto, ressalta-se a necessidade de articulação política da sociedade civil para enfrentamento da leitura instrumental que é feita a respeito da EJA, o que pode ser feito através da aproximação dos atores sociais e de diversas instituições públicas.